

[94]

Hibridismo no campo

[Estratégias implicam opção preferencial entre o agronegócio e o desenvolvimento humano]

[Papel de novo Conselho deve ser o de promover eficaz arranjo entre dois grupos]

A redemocratização fez amadurecer dois projetos para o campo que agora colocam a sociedade brasileira diante de uma incômoda alternativa estratégica. O primeiro, de caráter setorial, visa a maximizar a competitividade do chamado *agribusiness*. Por consequência, a missão de seu segmento primário - formado pela agricultura, pecuária, silvicultura e pesca - é a de minimizar custos de produção e transação dos gêneros e matérias primas que são transferidos para o segundo elo da cadeia, formado por indústrias de transformação, exportadores, atacadistas ou centrais de compras das redes de varejo. A corrida tecnológica exigida por essa necessária redução de custos impõe uma especialização das fazendas, que logo torna redundante a maior parte da mão-de-obra não qualificada. Como os outros anéis das cadeias do agronegócio só podem empregar minúscula parcela desse imenso excedente de força de trabalho, sua absorção e inclusão fica por conta dos outros setores da economia e de outros grupos sociais.

Os principais defensores desse projeto estimam que “fatalmente 15% da população brasileira deverá sair do campo nas próximas décadas”. Por mais esquisita que seja essa conta, o sentido do recado é óbvio: a maximização da competitividade do *agribusiness* brasileiro não comporta a permanência de 18 milhões de ocupados nas atividades de seu segmento primário. Vão ter que cair fora pelo menos dois terços desses efetivos. Para que isso não cause aumento exponencial do desemprego, prescrevem moderada inovação tecnológica e lenta diversificação interna nas demais indústrias e serviços. E prevêem que essa estratégia fará o Brasil chegar em 2020 com uma renda per capita superior à de Portugal de hoje, além de significativa redução do número de pobres.

O outro projeto visa a maximizar as oportunidades de desenvolvimento humano em todas as mesorregiões rurais do imenso território brasileiro. Por isso, em vez da especialização devoradora de postos de trabalho, pretende diversificar as economias locais, a começar pela própria agropecuária. Procura aquele tipo de dinâmica rural que resulta da diversidade multisetorial, fenômeno que costuma ser inviabilizado pela especialização produtiva do setor primário. A simbiose dos sistemas poliprodutivos de culturas e criações é muito melhor que a monotonia de ilhas monocultoras cercadas de pastagens extensivas por todos os lados. Também em termos de salubridade e de meio ambiente - duas das principais vantagens competitivas do século 21 - esta agrodiversidade é infinitamente superior à especialização.

O que os proponentes do segundo projeto mais valorizam é a dinâmica criada por famílias que se vão tornando tanto mais pluriativas quanto mais aumenta a produtividade do trabalho agropecuário. Com acesso a um ensino de qualidade, muitos dos jovens que mudam de ramo tendem a se tornar empreendedores nas cercanias. E muitos dos que emigram acabam voltando para utilizar a propriedade rural paterna como retaguarda e trampolim na montagem de novos negócios nas proximidades.

Ao mesmo tempo em que amortece a queda da população ativa no segmento primário, a pluriatividade favorece a industrialização difusa e a descentralização de serviços sociais, de serviços para empresas, e vários tipos de serviços pessoais. Como consequência, há intensa absorção local da sobra de braços, o que alivia outros mercados de trabalho dos setores secundário e terciário, e permite que o país acelere a adoção de inovações tecnológicas sem temor de desemprego explosivo. Com essa alternativa, o Brasil terá mais

chances de ser uma potência econômica sólida e moderna por volta de 2020, atingindo um índice de desenvolvimento humano comparável ao da Espanha de hoje, com redução da desigualdade, além de minimização da pobreza.

Desde a eleição de Tancredo, o único governo que optou exclusivamente pela primeira estratégia foi o de Collor. Os demais fizeram composições hesitantes, mesclando os dois projetos em suas políticas. O ápice desse hibridismo está ocorrendo no segundo mandato de FHC, com a convivência pacífica de dois ministérios incumbidos dos assuntos do campo: o vetusto Ministério da Agricultura e o novíssimo Ministério do Desenvolvimento Agrário (criado como Ministério do Desenvolvimento Rural, e misteriosamente rebatizado logo depois).

É improvável que essa dubiedade estratégica desapareça em 2003. De qualquer forma, a atitude mais construtiva é promover um entendimento racional e sistemático entre as lideranças dos dois projetos no âmbito do novo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS). Em vez de deixar o governo navegar ao sabor dos ventos soprados pelos dois grupos de pressão e respectivos lobbies, o papel do CNDRS deve ser justamente o de promover um eficaz arranjo entre eles. Nunca poderá colocá-los numa mesma orquestra, mas poderá ajudá-los a evitar as disputas mais nocivas e investir em questões que tragam as sinergias mais conseqüentes.